

Rio credenciou clínicas sem vistoria

■ Irregularidades na rede conveniada são acobertadas por secretarias estaduais, que ficam impunes pela falta de ações federais.

Arquivo

O encontro da Associação Nacional dos Auditores do Ministério da Saúde, realizado em Aracaju, forneceu relatos de episódios que mostram com clareza como a fiscalização é o patinho feio de quem faz baixa política na Saúde. Os auditores dispõem de documento comprovando que no Estado do Rio de Janeiro várias clínicas de hemodiálise foram credenciadas sem que se fizesse vistoria de suas condições de funcionamento. Além disso, auditorias que constatarem fraudes em hospitais conveniados foram engavetadas. "Antigos dirigentes estaduais que sentaram em cima dos processos hoje têm cargos no Ministério da Saúde", denuncia o presidente da associação dos auditores, José Queiroz Silveira, que diz estar reunindo os documentos que comprovam sua acusação.

Em Minas Gerais, outro exemplo relatado no encontro, ainda no tempo em que a assistência médica era atribuição do extinto Inamps, a secretaria estadual de Saúde requisitou os auditores federais para,

supostamente, reforçar a fiscalização local. "O pedido foi aceito e os auditores foram simplesmente postos de lado. Ficaram sem fazer nada. Era exatamente o que as autoridades locais, comprometidas com os donos de hospitais, queriam", denuncia de novo Queiroz.

Ação federal — O presidente da associação dos auditores informa que o ministro da Saúde, Adib Jatene, já está alertado sobre esses fatos. "Na realidade, ele demonstra estar convencido de que uma auditoria federal forte e prestigiada é essencial para acabar com esse tipo de distorção, que sempre resulta em mau uso do dinheiro público", diz.

No Estado do Rio, a única ação recente que produziu resultados foi a investigação feita pelo Ministério Público Federal (MPF), que deu origem a 269 inquéritos para apurar fraudes em hospitais conveniados. Peritos do MPF descobriram, em outra investigação realizada no ano passa-

do, que em muitos municípios do estado ainda não estava vigorando — por culpa da secretaria estadual de Saúde — a determinação federal de restringir a no máximo 9% da população o número de pacientes atendidos anualmente nos hospitais do SUS.

Foi feita uma nova investigação, mostrando que era falsa a desculpa de que o alto número de internações era devido a pacientes vindos de outras cidades. Os dados resultaram em inquérito aberto na Polícia Federal, no qual prestaram depoimento as autoridades estaduais responsáveis pela distribuição das AIH (Autorizações de Internação Hospitalar) aos municípios do interior. Depois do inquérito veio o milagre. Os peritos acabam de registrar que o número de pacientes internados nessas cidades caiu drasticamente. A média de internações, que em casos evidentes de fraude chegou a 20% da população do município, despencou para 0,7%.



Jatene recebeu apelos para entregar fiscalização dos hospitais a auditoria federal